
Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados

Ângela Borges¹

Resumo: O artigo traz uma crítica ao discurso que explica o fenômeno do desemprego como resultado da baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros e que, numa visão pragmática e utilitarista da produção do conhecimento e da educação em geral, defende que o sistema educacional - e a universidade em particular - deveria se orientar pelas demandas do mercado, formatando os seus cursos e currículos de acordo o que se supõe sejam as competências exigidas pelas empresas a cada momento. Utilizando informações sobre o comportamento da variável escolaridade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador durante os anos 90 e sobre o desemprego dos diplomados, procura contribuir para a compreensão da relação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, destacando outros elementos não considerados neste discurso que se tornou hegemônico e ainda influencia, fortemente, a concepção e gestão da política educacional no Brasil.

Palavras-chave: Desemprego; Mercado de mercado; Sistema Educativo.

No contexto de uma reestruturação produtiva acompanhada da súbita abertura da economia nacional, dos impactos da revolução tecnológica e da gestão neoliberal da economia, o Brasil vivenciou, nos anos 90, a súbita e acentuada elevação das taxas de desemprego e a correspondente multiplicação dos contingentes de de-

sempregados, mais visíveis nos grandes centros urbanos.

Como em outras áreas, também no debate sobre a relação educação x trabalho, assistiu-se à emergência e hegemonia de um diagnóstico, transformado em discurso, que foi colocado como verdade absoluta, passando a impregnar o senso comum, os governos e um grande número dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Dois elementos desse diagnóstico foram (e ainda são) marcantes nas discussões sobre o desemprego e sobre as demais mudanças em curso no mercado de trabalho.

O primeiro deles é a consideração do fenômeno do desemprego como resultado, em grande parte, das dificuldades de adaptação dos trabalhadores brasileiros às novas exigências colocadas pelas empresas, em função de importantes mudanças tecnológicas e dos novos padrões de competitividade. Em algumas das suas versões, esse discurso chegou até a passar a idéia de que essas dificuldades seriam, em boa medida, de responsabilidade do próprio trabalhador desempregado, um

"inimpregável" - um neologismo criado pelo ex-presidente F.H. Cardoso²- por não ter buscado assegurar a sua "empregabilidade", a sua adaptação ao novo perfil da demanda. Nesse diagnóstico, a capacidade de geração de oportunidades de trabalho da economia brasileira não é colocada em questão, tudo se passando como se existissem, em grande número, postos de trabalho vagos à espera de trabalhadores que portem as competências a eles correspondentes (BORGES, 2005) e as soluções para o desemprego passariam, naturalmente, pelas políticas de educação e de re-qualificação profissional.

O segundo elemento desse diagnóstico é a valorização das atividades do setor privado como espaço de trabalho e de oportunidades de sucesso profissional, para os que conseguissem agregar à sua formação as competências e habilidades exigidas pelo mercado e, ainda, como a melhor e a mais eficaz alternativa para a própria resolução dos déficits educacionais do trabalhador brasileiro.

Esse discurso marcou, por exemplo, o debate sobre o caráter da universidade na contemporaneidade. Para os seus seguidores, numa visão pragmática e utilitarista da produção do conhecimento e da educação em geral, a universidade deveria se orientar pelas demandas do mercado, formatando os seus cursos e currículos de

acordo o que se supõe sejam as competências exigidas pelas empresas a cada momento.

Neste artigo, com base nos resultados de um estudo sobre a desestruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador - RMS nos anos 90 e de informações mais recentes sobre o comportamento desse mercado, será feita uma crítica a esse discurso hegemônico procurando, à luz das evidências empíricas e das reflexões acumuladas nos âmbitos da sociologia do trabalho e da educação, apontar algumas contribuições para a compreensão da relação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho na atual etapa do desenvolvimento brasileiro.

O artigo está organizado da seguinte maneira: após essa introdução, são resgatados alguns elementos teóricos a respeito da relação entre mudanças tecnológicas, exigências de qualificação e escolaridade; em seguida, são apresentados, sinteticamente, alguns indicadores - construídos com as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) - sobre a importância da variável escolaridade no mercado de trabalho da RMS e, particularmente, no seu segmento formal, na década de 90 e,

²"nós nos países em desenvolvimento temos que prestar atenção a esses processos e descobrir modos e meios pelos quais se diminui, pelo menos, este processo. Pelos quais se busca algum mecanismo que leve a que as pessoas tenham sentido para o processo global de desenvolvimento econômico. E não é fácil. Mas existe isso, existem os que são, crescentemente, inimpregáveis. Não é que não tenham emprego, inimpregáveis por razões, por um lado, pela falta de qualificação e pelo outro lado pelo desinteresse do setor produtivo mais avançado em empregá-las, são dispensáveis." (...) Fernando Henrique Cardoso (abril, 1997). http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9716.HTM.

mais recentemente, em 2004. Em seguida, à guisa de conclusão, procede-se a uma outra leitura da relação educação x trabalho, a qual, ao buscar evidenciar a falácia do discurso dominante, ressalta a importância da consideração de outros parâmetros para a avaliação desta relação.

MUDANÇAS TECNOLÓGICAS, QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Desde o desenvolvimento da indústria moderna, mudanças na base técnica e reestruturações produtivas sempre resultam em novas e maiores exigências quanto à escolaridade dos trabalhadores, originando um movimento de qualificação dos postos de trabalho e dos seus ocupantes.

Para evitar a dependência de uma força de trabalho mais qualificada e escassa, os empresários buscam dirigir as novas mudanças tecnológicas e reestruturar os processos produtivos de modo a reduzir, simultaneamente, a proporção de postos de trabalho que exigem trabalhadores mais qualificados e a aumentar, proporcionalmente, o número daqueles com baixa demanda em termos de escolaridade/qualificação dos trabalhadores, deflagrando um contra-movimento de desqualificação dos postos de trabalho e dos trabalhadores.

Além disso, sempre que aumentam as exigências de qualificação, os empresários buscam também intervir nos sistemas educacional e de formação profissional para promover uma rápida elevação da escola-

ridade média dos trabalhadores - objetivo que estes também perseguem - assegurando, deste modo, a oferta de trabalhadores com a formação profissional adequada às necessidades do momento - em termos quantitativos e qualitativos -, bem como a existência de uma ampla reserva de mão-de-obra com as características exigidas pelos postos de trabalho mais estratégicos.

Na atual reestruturação, centrada no uso de tecnologias flexíveis de base microeletrônica, também aumentaram as exigências de qualificação dos trabalhadores, sendo que, para alguns autores, essa demanda é mais acentuada agora que no passado, visto que o pleno aproveitamento dos recursos das novas tecnologias (SALM, 1998), a sua disseminação, assim como os seus efeitos positivos no plano macroeconômico exigem a elevação do patamar médio de qualificação dos trabalhadores, de modo a estes sejam capazes de acompanhar a vertigem de inovação tecnológica e responder às novas exigências que lhes são colocadas.

Ainda que essas exigências ultrapassem os conhecimentos, habilidades, competências e atitudes normalmente adquiridos na educação formal, avançando sobre saberes antes não considerados, a emergência da nova matriz tecnológica e dos novos padrões de gestão, tem levado à supervalorização da educação formal e dos certificados que ela confere.

Outro elemento importante para a discussão sobre a relação educação e trabalho é a relativamente recente substituição da noção de qualificação pela de competência, conceitos polissêmicos, que remetem a matrizes distintas. Segundo Manfredi (1998, p.8),

[...]para alguns, a qualificação é considerada na perspectiva da preparação para o mercado, envolvendo, portanto, um processo de formação profissional adquirido por meio de um percurso escolar e de uma experiência (ou carreira profissional) capaz de preparar os trabalhadores para o ingresso e a manutenção no mercado formal de trabalho. Um outro uso da noção de qualificação é entendê-la como um processo de qualificação/desqualificação inerente à organização capitalista do trabalho, sendo o resultado da relação social entre capital e trabalho e da correlação de forças entre ambos. Há ainda uma terceira visão [...] que aborda e define a qualificação a partir da investigação de situações concretas de trabalho.

Já a noção de competência oriunda, segundo Hirata, do discurso empresarial, é imprecisa, referindo-se à "capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis [...] capacidade e agilidade de julgamento e de resolução de problemas". A nova noção de qualificação (referida ao modelo de competência) seria a "capacidade de mobilizar saberes para dominar situações concretas de trabalho e transpor experiências adquiridas de uma situação para outra. A qualificação de um indivíduo é

a sua capacidade de resolver rápido e bem os problemas concretos mais ou menos complexos que surgem no exercício da sua atividade profissional", o que exigiria a "mobilização de competências adquiridas ou construídas na aprendizagem, no decurso da vida ativa, no trabalho e fora deste" (LEITE, 1996, *citado por* MANFREDI, 1998, p. 10).

Apesar da maior amplitude do conceito de competência, a fluidez e a mutabilidade das demandas atuais do sistema produtivo têm reforçado as credenciais do sistema educacional - o diploma - como indicador indireto, ainda que não suficiente, da qualificação do trabalhador.

Segundo Paiva (2000, p.57), este trânsito entre a noção de qualificação e a de competência não é política nem ideologicamente neutro, entre outras razões porque esta última noção

[...] parece trazer consigo uma outra mentalidade em relação ao trabalho e um outro conjunto de skills que começa com uma "alfabetização tecnológica" e termina na naturalização da fragmentação, precarização e intensificação do trabalho. Trata-se de abdicar - conscientemente ou não - das conquistas feitas ao longo de um século e meio de industrialismo e aceitar o risco e a incerteza como elementos constituintes explícitos do mundo do trabalho e - portanto - da organização da vida.

De outro lado, assiste-se também à re-atualização da Teoria do Capital Humano e a

atribuição de responsabilidades exageradas à educação formal (e aos sistemas de educação e de formação profissional), tal como a de resolver o problema do desemprego (PAIVA, 2000; SALM, 1998).

Conclui-se, assim que, embora se mantenha válida a utilização da variável escolaridade como indicador de qualificação - na falta de um substituto melhor e mais de fácil operacionalização -, é fundamental ter em mente que, num ambiente de elevado desemprego, de rápido aumento da escolaridade média e de baixo crescimento das atividades inovadoras que demandam trabalhadores mais escolarizados, tende a ocorrer uma desconexão progressiva entre a escolaridade dos trabalhadores (e o grau dos diplomas que portam) e as características dos postos de trabalho que ocupam, tornando-se mais frequentes situações de super-qualificação.

Essa elevação das exigências dos empregadores quanto à escolaridade encontra suas raízes tanto na demanda quanto na oferta. Do lado da demanda, como visto, num período de rápidas mudanças, com introdução de novas tecnologias, altera-se o mix de habilidades e competências necessárias, ampliando as dificuldades normalmente enfrentadas pelos empregadores para definir com precisão em que proporção elas devem estar asseguradas e para traduzi-las em indicadores que orientem a seleção de pessoal.

Além disso, os empregadores não são

capazes de avaliar com segurança, no momento da contratação, se os trabalhadores que se candidatam são portadores das características apropriadas para o posto de trabalho. Para reduzir esta incerteza, sua opção é exigir diplomas genéricos mais elevados, dado que os mais escolarizados são percebidos como mais produtivos e com maior capacidade de dominar mais rapidamente as novas tecnologias, isto é, seriam mais facilmente treináveis e flexíveis (KON, 1992, MARUANI; REYNAUD, 1999).

Ainda quanto às necessidades da demanda, a preferência pelos trabalhadores mais escolarizados, observada na década de 90, pode ser associada à ampliação do processo de terciarização, uma vez que este, em alguma medida, relaciona-se com a expansão de atividades mais qualificadas - educação, saúde, serviços técnicos -, mas também porque, segundo Berger; Offe (1991) dadas as suas características, as atividades de serviço - por excelência acautelatórias e com um processo produtivo marcado pela incerteza quanto ao momento e a quantidade do serviço a ser prestado - têm que operar sempre com um excedente, e não apenas em termos do efetivo de trabalhadores envolvidos, como também de "reservas de capacidade", de modo a assegurar uma força de trabalho capaz de equacionar os problemas colocados por essas características da produção neste setor.

Finalmente, não deve ser esquecido que numa situação de elevado desemprego, a

exigência de uma escolaridade superior àquela efetivamente exigida pelo posto de trabalho tem a vantagem de diminuir a "fila" de candidatas, contribuindo para reduzir os custos dos processos de recrutamento e de seleção.

ESCOLARIDADE E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: O CASO DA RMS

O comportamento das taxas de desemprego e a composição dos grandes agregados - a População em Idade Ativa (PIA); a População Economicamente Ativa (PEA); os Inativos; os Ocupados e os Desempregados - segundo o número de anos de estudo

refletem, a um só tempo, mudanças no perfil da oferta potencial (a escolaridade da população em idade ativa) e da demanda (as exigências dos empregadores).

Segundo os dados da PNAD, taxas de desemprego das pessoas "sem instrução/menos de um ano de estudo" são inferiores às de quase todos os grupos mais escolarizados, revelam a manutenção de algum espaço para trabalhadores com esse perfil no mercado de trabalho metropolitano (provavelmente trabalhadores com experiência), mas certamente traduzem, também, a inserção precária de segmentos que não podem se dar ao luxo de ficarem em situação de desemprego aberto ou de permanecerem inativos.

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE, RMS, 1992/1999

DESCRIÇÃO	PIA		PEA		OCUPADOS		DESEMPREGADOS	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
TOTAL*	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100
ANOS DE ESTUDO								
S/INSTR/MENOS 1 ANO	11,6	7,7	9,6	6,0	10,0	6,3	6,9	4,7
1 A 3 ANOS	20,0	16,0	15,3	12,2	15,2	12,3	15,6	11,7
4 A 7 ANOS	32,7	32,1	28,8	28,2	27,8	27,0	36,2	33,0
8 A 10 ANOS	13,9	17,3	15,1	17,8	14,7	16,4	18,3	24,0
11 A 14 ANOS	17,4	21,4	24,5	27,9	24,9	28,9	21,3	23,7
15 ANOS OU MAIS	4,1	5,3	6,4	7,6	7,1	8,8	1,2	2,4

FONTE: IBGE/PNAD

* Inclui os "Sem declaração"

TABELA 2 - TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS, RMS, 1992/1999

ATRIBUTOS	1992			1999		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	11,8	10,4	13,8	19,2	17,0	21,7
ANOS DE ESTUDO						
S/INSTR/< 1 ANO	8,4	7,8	9,2	15,1	16,1	13,9
1 A 3 ANOS	12,1	12,4	11,5	18,5	16,9	20,8
4 A 7 ANOS	14,8	12,6	18,6	22,6	20,8	24,9
8 A 10 ANOS	14,2	12,5	17,0	25,9	21,0	31,5
11 A 14 ANOS	10,2	7,4	13,3	16,3	13,0	19,2
15 ANOS OU MAIS	2,3	1,4	3,1	6,1	3,3	8,4

FONTE: IBGE/PNAD

* Inclui os "Sem declaração"

A partir deste patamar mínimo de escolaridade, as taxas de desemprego crescem, atingindo seu pico na faixa de 8 a 10 anos de estudo – correspondente ao ensino fundamental completo/ensino médio incompleto - decrescendo a partir daí. Essa redução das taxas de desemprego associada ao aumento da escolaridade revela a importância da educação formal e, mais especificamente, o valor atribuído pelo mercado aos diplomas que ela fornece os quais, como visto, constituem-se cada vez mais num dos primeiros critérios adotados pelos empregadores na seleção de pessoal.

Quanto à composição dos principais agregados do mercado de trabalho, no início da década de 1990, as duas classes de menor escolaridade representavam, quando somadas, mais de 30% da PIA metropolitana, e cerca de 25% dos ocupados. Entre 1992 e 1999, essas classes registraram redução absoluta nos dois agregados e reduziram também, em termos relativos, a sua participação no estoque de desempregados. Mesmo assim, no final da década, ainda representava 18,6% dos ocupados da região.

A classe de 4 a 7 anos de estudo reduziu a sua participação nos três agregados, muito embora se mantivesse sub-representada no estoque de ocupados e sobre-representada no de desempregados. Ou seja, a parcela da PIA com esse grau de escolaridade ficou relativamente menor durante a década - em face do aumento da proporção de pessoas nas classes que compre-

endem maior número de anos de estudo – , ampliando-se as dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho.

Os dados da PNAD sugerem, portanto, que desde os anos 1990 já estava se configurando uma tendência ao deslocamento do patamar mínimo ideal de escolaridade exigido para a inserção no mercado de trabalho da RMS do ensino fundamental para o ensino médio, ampliando consideravelmente as vantagens oferecidas pelo mercado de trabalho metropolitano aos portadores dos diplomas de ensino médio e de nível superior. Assim, representando menos de 1/3 (32%) do incremento da PIA regional, estes trabalhadores ficaram com mais de 2/3 dos postos de trabalho (formais e informais) gerados entre 1992 e 1999.

No entanto, os mesmos dados revelam também que estes diplomas perderam a capacidade de exorcizar o desemprego, uma vez que, neste período, o maior incremento da taxa de desemprego ocorreu exatamente no reduzidíssimo contingente da PIA regional (6,4% em 1992 e 7,6% em 1999) que logrou conquistar o diploma de nível superior. Essa minoria passou de uma situação de quase pleno emprego (taxa de desemprego de 2,3%) para o patamar de 6,1%, o qual, embora muito inferior às taxas dos menos escolarizados é revelador dos impactos negativos da atual reestruturação produtiva e do modelo de gestão macroeconômica neoliberal sobre o mercado de trabalho, que atingiram fortemente também aqueles que, em década-

das passadas, eram considerados praticamente imunes ao desemprego por serem portadores de competências e qualificações escassas no mercado.

Além das taxas de desemprego, os números absolutos de desempregados em cada faixa de anos de estudos também podem ser utilizados como indicadores dessa mudança no perfil dos desempregados da RMS. Assim, embora os portadores de diplomas de ensino médio e de nível superior não alcançassem os 27% da população em idade ativa metropolitana, essa minoria mais escolarizada respondeu por 29,3% do incremento dos desempregados entre 1992 e 1999. Finalmente, no estoque de desempregados do final da década (cerca de 281 mil, segundo a PNAD), estes trabalhadores mais escolarizados formavam um contingente de 73 mil pessoas, das quais, aproximadamente 67 mil tinham diploma de ensino médio.

Esses números, ao mostrarem que mesmo para esses trabalhadores mais qualificados, a capacidade de incorporação do mercado de trabalho metropolitano já se esgotara nos anos 90, permitem esperar que, sem mudanças significativas no modelo de desenvolvimento do País, a acelerada expansão do número de estudantes universitários que vem ocorrendo na RMS a partir da segunda metade na década de 90, deverá resultar em novos saltos nas taxas de desemprego dos

diplomados e, considerando o padrão de incorporação do mercado de trabalho regional, também na sua utilização em postos de trabalho anteriormente destinados aos portadores dos diplomas do ensino médio e, mesmo, do ensino fundamental.

Esse progressivo descarte dos trabalhadores com menor número de anos de estudo foi muito mais intenso no “núcleo duro” do mercado de trabalho metropolitano³ do que no seu conjunto. Nos anos 1990, este espaço socialmente protegido do mercado de trabalho tornou-se bem menos acessível aos trabalhadores que não lograram conquistar, pelo menos, o diploma do ensino médio.

Assim, segundo os dados da RAIS, entre 1989 e 1999 a parcela de trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio completo em empregos formais encolheu de 61,1% para 46%. Em números absolutos, foram eliminados cerca de 88 mil vagas ocupadas por trabalhadores sem diploma do ensino fundamental e o incremento dos postos de trabalho ocupados pelos que tinham “ensino fundamental completo/ ensino médio incompleto” não atingiu 10 mil vagas nestes 10 anos, enquanto foram criados, no mesmo período, em torno de 86 mil novos empregos para trabalhadores na faixa de “ensino médio completo/superior incompleto” e mais de 34 mil vagas para os que tinham concluído o curso superior.

³O núcleo duro, estruturado, do mercado de trabalho corresponde ao espaço formado pelos postos de trabalho e trabalhadores assalariados - das empresas privadas e das empresas e instituições públicas - submetidos ao estatuto do trabalhador consubstanciado, no Brasil, fundamentalmente na CLT, no Estatuto do Funcionário Público e na Previdência Social (BORGES, 2003, p.17).

TABELA 3 - EMPREGOS FORMAIS EM 31/12 SEGUNDO A ESCOLARIDADE, RMS,

Escolaridade	Postos de Trabalho	
	1989	1999
Fundamental	40,7	25,2
Médio Incompleto	20,4	20,8
Médio completo ou mais	38,9	54,1
Total	100,0	100,1

Fonte: MTE/RAIS

Essa alteração no grau de escolaridade dos ocupantes dos postos de trabalho no núcleo do mercado de trabalho regional resultou tanto de mudanças no perfil do emprego – com a abertura de vagas em setores e atividades que efetivamente exigem uma maior escolaridade dos trabalhadores, a exemplo da maioria dos Serviços Sociais – quanto da pura e simples substituição, nos mesmos postos de trabalho, de trabalhadores menos escolarizados pelos mais escolarizados, fazendo surgir os “novos pobres”, “pessoas qualificadas que estão sobrevivendo por meio de trabalhos precários” (SALM, 1998, p. 244).

Além disso, em 1999, 62% dos trabalhadores com formação universitária, inseridos no núcleo do mercado de trabalho da RMS, encontravam-se na Administração Pública e entre 1989 e 1999, este setor respondeu por 94,8% da geração líquida de empregos formais para trabalhadores com esse nível de escolaridade.

Observe-se, entretanto, que essa preferência dos empregadores por trabalhado-

res com diplomas ensino médio e de nível superior não vem garantindo a todos uma remuneração significativamente superior à dos menos escolarizados. Pelo contrário, no final da década, em todos os grupos ocupacionais, parcelas expressivas dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com diploma de ensino médio estavam enquadradas nas faixas mais baixas de remuneração. Os portadores de diplomas universitários, embora em menor proporção, também ocupavam esses empregos pessimamente remunerados, destacando-se como espaços em que essa precarização do trabalho qualificado é mais marcante o segmento dos Professores e Outros Técnicos, aumento de 8,6% para 22% na proporção dos que ganhavam até 3 salários mínimos - e as ocupações do agregado Serviços de Produção e dos Serviços Pessoais, no qual nada menos que 43% dos empregados com nível universitário ganhavam, no máximo, 3 S.M., e 17,5% até 2 S.M.

Ou seja, a expansão das ocupações mais qualificadas observada durante a década de 90 na RMS, veio acompanhada da perda

de qualidade dos postos de trabalho a elas correspondentes. Em todas as categorias de ocupação, as oportunidades de um emprego bem remunerado tornaram-se menores, multiplicando-se as posições com remuneração igual ou muito inferior à remuneração média vigente do núcleo do mercado de trabalho regional no início do período estudado (cerca de 5,5 S.M). Em 1999, apenas nos grupos dos Técnicos e de Direção Superior o número de postos de trabalho que remuneravam acima de 5,5 S.M. era superior a 50% do total e, mesmo nestes agrupamentos, não era desprezível a parcela de empregos cuja remuneração estava muito aquém da média de 1989.

Esses dados parecem confirmar que, diferentemente do observado nos países centrais – e, mais especificamente nos europeus – onde a jornada parcial e outras for-

mas atípicas de contrato se constituem nos principais mecanismos de precarização do emprego formal (MARUANI, 1994; CASTEL, 1998), na RMS, e em todo o Brasil, onde os freios à elevação dos níveis de exploração do trabalho pelo capital são estruturalmente ineficazes, a precarização vem sendo alcançada pela pura e simples redução dos salários sem redução da jornada, inclusive para os trabalhadores que portam os diplomas mais elevados.

Constata-se, portanto, que nas condições extremamente adversas do atual mercado de trabalho, o diploma universitário ainda constitui um recurso eficaz para enfrentar a acirrada competição por um posto de trabalho formal mas está perdendo, rapidamente, a sua capacidade de exorcizar o desemprego e, principalmente, de assegurar uma inserção minimamente satisfatória para todos os que o possuem.

TABELA 4 - INCREMENTO DOS OCUPADOS POR ANOS DE ESTUDO E FAIXA DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS, RMS, 1993 - 2004

ANOS DE ESTUDO	Classes de rendimento em salários mínimos								TOTAL
	Sem rend	Até 1 SM	Mais 1 - 2 SM	Mais 2 - 3 SM	Mais 3 - 5 SM	Mais 5 - 10 SM	Mais 10 - 20 SM	Mais	
								20 SM	
S Instr / < 1 ano	-1.708	-1.576	-1.894	-2.576	-3.133	-221	-221	0	-11.329
De 1 a 3 anos	591	4.565	-549	-3.269	-1.862	-1.340	-448	0	-2.312
De 4 a 7 anos	5.479	55.049	13.494	-1.805	-4.938	-1.885	-675	-1.783	62.936
De 8 a 10 anos	5.899	93.268	37.905	-1.508	1.267	-8.302	-1.578	-1.105	125.846
De 11 a 14 anos	4.410	81.649	133.442	22.146	21.125	-2.614	-8.243	-6.234	245.681
15 ou mais anos	618	821	5.887	5.938	8.885	11.156	-1.106	-12.619	19.580
TOTAL	15.289	233.776	188.285	18.926	21.344	-3.206	-12.271	-21.741	440.402

FONTE: IBGE/PNAD

Analisando agora as informações mais recentes da PNAD, para o conjunto dos ocupados, isto é, incluindo a informalidade, vê-se que elas confirmam o aprofundamento de alguns desses processos observados durante o ajuste dos anos 90: observa-se a exclusão dos trabalhadores com baixa escolaridade e também a desvalorização de uma parte crescente dos trabalhadores mais escolarizados, tanto pelas ocupações que assumem, quando estas não guardam correspondência com as suas qualificações, quanto pela sua sub-remuneração em ocupações que as utilizam plenamente, e, finalmente, a precarização dos postos de trabalho, que perpassa todos os segmentos ocupacionais.

Assim, cerca de 90% dos postos de trabalho (formais e informais) gerados entre 1993 e 2004 na RMS e que foram ocupados por pessoas na faixa de 11 a 14 anos de estudo (ensino médio completo/superior completo) pagavam, no máximo, 2 salários mínimos. Já entre os ocupados que tinham diploma de nível superior nada menos do que 37,5% também ganhavam até 2 salários mínimos e 67,8% atingiam, no máximo, 3 salários mínimos de remuneração mensal.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os dados anteriormente comentados sobre o mercado de trabalho da RMS, particularmente, aqueles que revelam como vêm crescendo, rapidamente, o desem-

prego e o subemprego dos trabalhadores com as credenciais mais elevadas do sistema educacional são suficientes para jogar por terra a tese hegemônica que atribuía à baixa qualificação dos trabalhadores brasileiros as suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Para concluir essa crítica procurar-se-á, agora refutar duas outras idéias amplamente difundidas na década de 90 e, em seguida, destacar alguns elementos fundamentais para a compreensão da relação entre a educação e o trabalho e, particularmente, os efeitos do aumento da escolaridade da população sobre as chances que os trabalhadores encontram no mercado de trabalho, elementos que, normalmente têm sido abstraídos ou minimizados nas análises dominantes do problema.

Um dos argumentos amplamente destacados para explicar as dificuldades encontradas pelos trabalhadores portadores de diplomas mais elevados, sobretudo entre os mais jovens, é que esse fenômeno, também observado nos países desenvolvidos, traduziria uma saturação do mercado de trabalho decorrente da desvalorização da educação formal, que aparece, naturalmente, como a contrapartida da universalização do ensino médio e da massificação do ensino superior. Ou seja, quanto maior a proporção dos que têm um diploma universitário, menor o retorno que a maioria destes diplomados poderá obter no mercado de trabalho — tanto em termos

de status ocupacional, como salariais — e maiores também os riscos de exclusão dos menos escolarizados (BARBOSA, 1998).

No Brasil, no entanto, esse processo de desvalorização dos diplomas — sobretudo do diploma de nível superior — evidenciado na elevação do desemprego e no subemprego de diplomados não está relacionado à existência de parcelas expressivas da população com níveis de escolaridade elevados. Muito pelo contrário, a proporção de estudantes universitários na população, apesar da expansão recente, ainda é muito baixa: em 1994, existiam no país, em média, apenas 1094 deles para cada 100 mil habitantes. Na mesma época, esse indicador era de 6 984 no Canadá; 5 339 nos EUA; 4 017 na Espanha e 3 600 na França (PERSPECTIVAS..., 1999). E apesar de toda a expansão recente do ensino superior, em 2004 o indicador brasileiro ainda se encontrava no patamar de 2 643 alunos por 100.000 habitantes e na RMS, onde se concentra parte expressiva da oferta de vagas do ensino universitário do Estado existiam, nesse mesmo ano, 3 829 estudantes universitários para cada 100 mil habitantes números que, em ambos os casos, estão muito abaixo dos níveis registrados pelos países desenvolvidos dez anos atrás.

Outro componente do discurso dominante sobre a relação educação x

trabalho deriva de uma visão pragmática e utilitarista da produção do conhecimento e da educação em geral. Destacando a importância do sistema educacional atender aos novos requerimentos do mercado de trabalho em termos de qualificação defendeu-se, com ênfase, uma reforma da universidade que a levasse a se orientar pelas demandas do mercado, formatando os seus cursos e currículos de acordo o que se supõe sejam as competências exigidas pelas empresas a cada momento. A crítica a essa posição partiu da própria universidade e os seus supostos foram amplamente negados pelo comportamento do mercado de trabalho. Quanto ao primeiro ponto, Fartes (1998, p.217-118) ressalta que

a realidade cambiante de nossos dias já não permite que se imprima um tipo de racionalidade ao investimento em educação pautado na otimização dos recursos, ao mesmo tempo em que assegura um “produto” educado de acordo com as necessidades sociais e econômicas tal como preconizava a Teoria do Capital Humano de duas décadas atrás, uma vez que o planejamento dessas ações era inteiramente estabelecido sobre uma concepção de profissões tradicionais, requeridas pelo mercado de trabalho.

Na mesma linha, referindo-se à dificuldade de “colar” a formação profissional às oportunidades ocupacionais — tal como propõem para o ensino superior os defensores de uma universidade

instrumental -, Salm (1998, p. 248) afirma que

[...] evidentemente, isso é fácil de dizer, mas cada vez mais difícil de implementar, por várias razões. O grau de incerteza quanto às tendências do mercado de trabalho, principalmente quando se trata de antecipar demandas por ocupações específicas, se já era grande na época em que as chamadas técnicas de planejamento de recursos humanos gozavam de grande prestígio, tornou-se, agora, muito maior.

Quanto ao segundo ponto, os dados da RAIS para o mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador, aqui comentados, mostram que a proposta de “colar” a formação profissional às oportunidades ocupacionais é absurda também do ponto de vista das “necessidades” do mercado. Este, se entendido como o conjunto de atividades do setor privado, nos anos 1990 não se mostrou capaz de incorporar os numerosos – e em acelerada expansão – contingentes de diplomados do ensino superior, aos quais acabou restando, como opção de inserção no mercado de trabalho formal, a Administração Pública, cujas necessidades foram colocadas em segundo plano pela orientação privatista da formação universitária. Fora deste setor, restaram aos jovens diplomados na recente expansão do ensino superior duas alternativas: a inserção por conta própria ou em pequenos negócios, e as formas degradadas de contratação de mão-de-obra do setor privado e das

cascatas de terceirização, movidas por grandes empresas públicas e privadas, isto é, serem empregados sub-remunerados ou prestadores de serviços precarizados. Esse quadro se mantém inalterado nos primeiros anos do século XXI como revelaram os dados da PNAD 2004, anteriormente comentados.

Dois elementos não considerados ou distorcidos nas explicações dominantes são fundamentais para a explicação dessas dificuldades enfrentadas pelos crescentemente mais escolarizados trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho. O primeiro deles refere-se à importância de considerar as mudanças na divisão internacional do trabalho que acompanham a atual reestruturação produtiva e o chamado processo globalização e o lugar que o Brasil nela ocupa. Isso porque, para explicar as transformações na estrutura ocupacional da RMS, é fundamental considerar que, antes de mais nada, as diferenças existentes entre os países de centro e os da periferia, uma vez que os perfis de mão-de-obra necessários e a magnitude de cada um dos grupos (mais escolarizados, menos escolarizados) vão depender da estrutura produtiva de cada país (e de cada região), a qual, por sua vez, está relacionada com a posição que cada um deles ocupa na divisão internacional (e *nacional*) do trabalho.

Quanto a esse ponto, Arrighi (1997) observa que esta posição indica as ativida-

des que em cada cadeia produtiva - comandada por um pequeno número de conglomerados globais - estarão localizadas em um determinado país e chama a atenção para a distribuição desigual das atividades “de músculos e nervos” e das atividades “cerebrais” entre os países periféricos e os países de centro. Uma divisão do trabalho que, a depender da estrutura econômica, pode se reproduzir no interior de cada país, onde regiões periféricas encontram poucas possibilidades de expandir as atividades mais nobres, as quais tendem a se concentrar, cada vez mais, nas áreas que comandam o processo de acumulação em nível nacional⁴.

Como resultado dessas transformações, as exigências de trabalhadores com escolaridade muito elevada e especialização técnico-científica tendem a ser maiores (como proporção da força de trabalho) nos países do centro (e nas regiões mais desenvolvidas dos países periféricos e semi-periféricos), onde se localizam a alta administração, a pesquisa e desenvolvimento dos grandes conglomerados e todo o aparato técnico, científico e burocrático — estatal —, de apoio a essas mesmas atividades.

No caso brasileiro, essa tendência aparece claramente na concentração, nas regiões metropolitanas do Sudeste, dos empregos

relativos às atividades mais dinâmicas na atual etapa do capitalismo, as quais, ao lado dos serviços de educação e saúde e da Administração Pública, tendem a incluir na sua estrutura ocupacional proporções elevadas (com relação à média do mercado de trabalho) de ocupações Técnicas e de Direção Superior: serviços financeiros, serviços nas áreas de informática, de pesquisa e desenvolvimento, de arquitetura, engenharia e de assessoramento técnico, além dos serviços de publicidade.

Ou seja, as exigências, em termos de qualificação da mão-de-obra, do mercado de trabalho da RMS não são explicáveis apenas a partir da análise dos dados desse mercado pois elas são tributárias da posição que essa região ocupa no sistema econômico brasileiro e da nova posição do Brasil na atual etapa do desenvolvimento do capitalismo

É necessário, portanto, lançar mão de outros fatores para explicar a desvalorização precoce dos diplomas universitários no nosso mercado de trabalho, espelhada no subemprego dos diplomados. No Brasil, bem mais que nos países centrais, parece claro que as dificuldades que vêm sendo encontradas pelos portadores de diplomas universitários estão intimamente associadas às opções de inserção do país na nova

⁴ É possível citar vários exemplos que ilustram esse fenômeno na RMS: durante os anos 1990, algumas das maiores empresas baianas de Construção Civil, o maior banco privado do estado e o banco estadual privatizado, transferiram suas sedes para o Sudeste, o mesmo ocorrendo com grande parte dos empreendimentos da indústria petroquímica. Ademais, a rápida modernização das tecnologias de comunicação tem viabilizado a gestão dos negócios à distância, permitindo a redução de custos com o fechamento de escritórios de representação de empresas sediadas no Sudeste, além de facilitar a contratação de serviços avançados (particularmente os de caráter imaterial) em outras regiões metropolitanas, bloqueando o desenvolvimento dessas atividades na RMS.

economia capitalista globalizada, o que remete a discussão, naturalmente, a uma questão que foi retirada da pauta política nacional no período da hegemonia neoliberal, inaugurados em 1990: o modelo de desenvolvimento seguido pelo país após o esgotamento do ciclo do chamado “desenvolvimentismo”.

Trata-ser aqui da necessidade de incluir na discussão sobre a crise do mercado de trabalho o impacto das políticas públicas que, no Brasil, há mais de 15 anos seguem o receituário dos organismos internacionais que, hoje, “governam” a economia globalizada, em nome do grande capital. Em decorrência delas, países como o Brasil — que lograram construir, com o esforço de gerações, uma base industrial significativa e embriões promissores de desenvolvimento científico e tecnológico autônomos — vivenciaram a partir da década de 90 a interrupção e mesmo a reversão dessas conquistas, com efeitos extremamente negativos sobre o mercado de trabalho. Essas políticas têm contribuído para eliminar empregos normalmente ocupados por pessoas com nível universitário, destacando-se dentre elas a abertura não-regulada da economia e as privatizações, resultando no fechamento ou no enxugamento de numerosas empresas e na destruição ou “exportação” de empregos nas áreas gerencial, administrativa, financeira e técnica. No caso da RMS, algumas atividades relevantes na geração de postos de trabalho de elevada qualificação foram duramente atingidas por essas polí-

ticas: como foram os casos da petroquímica e das empresas estatais privatizadas e/ou “ajustadas” dentro dos novos modelos.

Ademais, a política de estabilização monetária, implicando juros elevadíssimos, paralisou a economia, jogando-a numa recessão “estrutural”, bloqueando os investimentos produtivos e a geração de novos postos de trabalho. Enquanto isso, os investimentos em “produção nova”, além de coerentes com a nova divisão internacional do trabalho: desenvolve-se, concebe-se e planeja-se lá fora, bloqueando a oportunidade de trabalho para profissionais brasileiros nessas atividades, cabendo ao país apenas a etapa da fabricação ou a de prestação do serviço final, foram pautados nos padrões da competitividade espúria, baseada no rebaixamento contínuo dos custos do fator trabalho.

A restrição de todos os gastos governamentais não-relacionados com o pagamento de juros da dívida também contribuiu para bloquear a criação de novos postos de trabalho, tanto pela falta de investimentos em infra-estrutura e em serviços sociais, como pela postergação do preenchimento dos postos ainda admitidos como necessários na administração pública. Durante grande parte dos anos 90, a abertura de concurso público para repor os que se afastaram ocorreu a conta-gotas e grande parte das necessidades de mão-de-obra qualificada do governo foi sendo atendida por contratos temporári-

os e de prestação de serviços (terceirização), que quase sempre equivalem a postos de trabalho de baixa qualidade, mesmo que a atividade exija qualificação e seja atendida por profissionais com este perfil.

Finalmente, a reforma do Estado, num modelo que buscou, acima de tudo, desmontar as estruturas desenvolvimentistas que comandaram o último ciclo de expansão — reduziu a necessidade de equipes numerosas de profissionais de várias áreas da administração pública. Ainda assim, como visto, as oportunidades de emprego no setor público foram as únicas alternativas surgidas para os trabalhadores mais escolarizados. Em número insuficiente — frente a crescente oferta de trabalhadores com diplomas de nível universitário — as vagas abertas através de concursos públicos ou para cargos de provimento temporário permanecem, também em 2004, como as melhores opções de inserção para esses trabalhadores, em face dos baixíssimos salários pagos pelos postos de trabalho que vêm sendo abertos no setor privado (POCHMANN, 2006; DEDECCA; ROSANDISKI, 2006).

Nesse contexto de uma inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho e de renúncia a um modelo de desenvolvimento fundado no interesse nacional, os dados que avaliam o comportamento do mercado de trabalho da RMS levando em conta a variável escolaridade (medida em anos de estudo completos) mostram, claramente que se configura uma situação na qual, em face do

aumento do número de pessoas com maior escolaridade se oferecendo no mercado de trabalho, os empregadores estão usando o diploma como critério de seleção, mesmo quando o conteúdo das funções a serem exercidas não é complexo, não exigindo, portanto, níveis mais elevados de qualificação.

Como diversos autores têm assinalado isso significa que, em face da baixa expansão das ocupações superiores e qualificadas, é a maior escolaridade da oferta de força de trabalho que parece estar viabilizando uma mudança tão rápida e acentuada no perfil de escolaridade dos trabalhadores do núcleo do mercado de trabalho e não, necessariamente, o novo perfil dos postos de trabalho que estão sendo criados.

Frente à esse quadro, Salm conclui que se configura uma contradição: “a educação ‘curta’ diante das responsabilidades que lhes são atribuídas e, ao mesmo tempo, ‘excessiva’ diante das oportunidades que a economia oferece” (SALM, 1998, p. 244). Por fim, destacando a difusão de um ideário de re-significação da Teoria do Capital Humano, que informou as políticas para os cursos de graduação no Brasil, Catani afirma que estas últimas se centraram em um reformismo curricular que visou adaptar o sistema educacional às demandas do mercado em termos de qualificação para o trabalho e, ao fazê-lo,

[...] reduz a função social da educação superior ao ideário da preparação para o trabalho, a partir da redefinição de perfis

profissionais baseados em habilidades e competências hipoteticamente requeridas pelo mercado de trabalho em mutação (CATANI, 2001, p. 77).

Desse modo, a partir dos anos 90, a “exigência” do mercado, mais ampla e eficazmente atendida por uma universidade subordinada ao mercado, vem sendo a ampliação acelerada de um exército de reserva mais qualificado, o qual tem facilitado a imposição das formas degradadas de inserção no mercado de trabalho também aos trabalhadores com diploma universitário, dando razão a Catani, para quem “Na fase atual, o lema mais adequado no mercado de trabalho talvez seja formar para mais e melhor explorar” (CATANI, 2001, p.70), como revelam a queda dos rendimentos e a combinação escolaridade crescente/salários decrescentes apontadas nos dados apresentados (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006).

Artigo recebido em: 10/04/2006.

Aprovado para publicação em: 20/04/2006.

Education and labor market: elements to argue the unemployment and the fragile reality of the university degree workers.

Abstract: This paper reviews the discourse that explains the unemployment phenomenon as the result of the lower schooling levels of the Brazilian workers. According to a pragmatic and practical viewpoint of the production of knowledge and education in general, it reinforces the idea that the educational systems, especially higher education, should be oriented to the market demands, shaping their courses and syllabus in compliance with the required proficiency demanded by the companies at a given moment. Resorting to information on the behavior of the schooling variables in the labor market in Salvador’s Metropolitan Region

during the 90s and on the unemployment of the holders of university degree, it aims at contributing to the understanding of the relationship between the educational system and the labor market in the present stage of Brazilian development. It also highlights other elements that are not taken into consideration in this discourse, which has become hegemonic and thus strongly influences the generation and management of the educational policy in Brazil.

Keywords: Unemployment; Labor Market; Educational System.

Educación y mercado de trabajo: elementos para discutir el desempleo y la precarización de los trabajadores de los escolarizados.

Resumen: Este artículo trae una crítica al discurso que explica el fenómeno del desempleo como resultado de la baja escolaridad de los trabajadores brasileños y que una visión pragmática y utilitarista de la producción del conocimiento y de la educación en general, defiende que el sistema educativo - y la universidad en particular- debería orientarse por las demandas del mercado, diseñando sus cursos y currículas de acuerdo a lo que se suponen sean las competencias exigidas por las empresas en cada momento. Utilizando informaciones sobre el comportamiento de la variable escolarización en el mercado de trabajo de la región metropolitana de Salvador durante los años 90 y sobre el desempleo de los diplomados, se procura contribuir a la comprensión de la relación entre el sistema educativo y el mercado de trabajo en la actual etapa de desenvolvimiento brasileño, destacando otros elementos no considerados en este discurso que se tornó hegemónico y todavía ejerce influencia fuertemente en la concepción y gestión de la política educacional del Brasil.

Palabras-clave: Desempleo; Mercado de trabajo; Sistema Educativo.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BERGER, U; OFFE, C. O dilema da racionalização do trabalho dos empregados: reflexões sociológicas para a explicação do status de empregados, a partir do seu trabalho enquanto “prestação de serviços”. In: OFFE, C. (Org.) **Trabalho e socieda-**

de: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, p. 55-76, 1991.

BARBOSA, M. L. O. **Riscos e recursos individuais num mercado socialmente (des?) regulado**. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1998. [Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS].

BORGES, A. O capital invisível do trabalho: notas para o debate sobre a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 33, p. 179-196, 2001.

_____. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social**: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2003. p.374.

_____. O trabalho e os trabalhadores depois da reestruturação produtiva: algumas inquietações. **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 220, p.19-28, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATANI, A. M., Oliveira, J. F., et. al. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. XXVI, n. 75, p. 67-83, 2001.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DEDECCA, C. S. E ROSANDISKI, E. N. **Recuperação econômica e geração de empregos formais**. Seminário de análise dos resultados da PNAD 2004, Brasília, DF: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), 2006.

FARTES, V. L. B. O diálogo entre economia e educação como chave para o entendimento da aquisição da qualificação. **Caderno CRH**, Salvador, Centro de Recursos Humanos, n. 29, p. 209-226, 1998.

GUIMARÃES, S. P. Mais educação não aumenta chance de emprego, **Agência Carta Maior**. Disponível em <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2481>, 2002. Visitado em 15/12/2004.

KON, A. Setor terciário paulista: desenvolvimento e estagnação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.6, n. 3, p.48-54, 1992.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência e profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade, UNICAMP, v.19, n.64, p.13-49, 1998.

MARUANI, M.; REYNAUD, E. **Sociologie de l'emploi**. Paris: La Decouverte, 1999.

MARUANI, M. *Marché du travail et marchandage social*. In: LALLEMENT, M. (Org). **Travail et emploi: le temps des métamorphoses**. Paris: L'Harmattan, 1994. p.237-246.

OLIVEIRA, M. A. D. **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

PERSPECTIVAS ESTATÍSTICAS MUNDIAIS DO ENSINO SUPERIOR: 1980-1995. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. Tendências da educação superior para o século XXI. **Anais...** Brasília: UNESCO: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, p. 233-289, 1999.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? In: Seminário de análise dos resultados da PNAD 2004, 2006, **Anais...** Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE, 2006.

SALM, C. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. D. **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

SILVA, L.A.M. Da informalidade à empregabilidade. **Cadernos do CRH**, Salvador, Centro de Recursos Humanos, n. 37, p. 81-110, 2002.

Sobre a autora:

Angela Maria Carvalho Borges
Doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ciências Sociais, UFBA. Professora e Coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais da UCSAL.
E-mail: angelamc@ucsal.br

Endereço Postal: Universidade Católica do Salvador. Av. Anita Garibaldi, n.2981, Federação, Salvador/BA. CEP: 41940-450, Brasil.